

**ROBERTO FERREIRA DA COSTA**

**NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL (NEE): O DESAFIO DA PRÁTICA  
DOCENTE DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO CES/ UFCG**

**Cuité**

**2014**

**ROBERTO FERREIRA DA COSTA**

**NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL (NEE): O DESAFIO DA PRÁTICA  
DOCENTE DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO CES/ UFCG**

Monografia apresentada ao Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Orientadora: Profa. Michelle Gomes Santos.

**Cuité**

**2014**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE  
Responsabilidade Msc. Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

C837n Costa, Roberto Ferreira da.

Necessidade educacional especial (NEE): o desafio da prática docente da licenciatura em ciências biológicas no CES/UFCG. / Roberto Ferreira da Costa. – Cuité: CES, 2014.

70 fl.

Monografia (Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2014.

Orientadora: Michele Gomes Santos.

1. Educação especial. 2. Processo ensino-aprendizagem. 3. Discentes - biológica. I. Título.

Biblioteca do CES - UFCG

CDU 376

**ROBERTO FERREIRA DA COSTA**

**NECESSIDADE EDUCACIONAL ESPECIAL (NEE): O DESAFIO DA PRÁTICA  
DOCENTE DA LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS NO CES/ UFCG**

Monografia apresentada ao Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas.

Aprovado em \_\_\_\_\_ / 2014.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Michelle Gomes Santos  
CES/ UFCG

---

Profa. Dra. Marisa de Oliveira Apolinário  
CES/ UFCG

---

Prof. Dr. Luiz Sodré Neto  
CES/ UFCG

Dedico aos meus pais João da Costa Santana e Josileide Soares Ferreira por me permitirem realizar este sonho, e a José Ferreira de Lima (*InMemorian*) aquele que foi e sempre será o meu maior exemplo de força e vontade de viver.

## **Agradecimentos**

A Deus, pela infinita misericórdia por ter me concedido força, perseverança e coragem para vencer os obstáculos.

Aos meus pais, João da Costa Santana e Josileide Soares Ferreira pelo incentivo, apoio e amor.

Aos meus irmãos, Maria Aparecida, Renato Ferreira e Ricardo Ferreira, pelo companheirismo, incentivo e torcida.

Ao meu amigo e cunhado Damião Félix pela força, incentivo e confiança

Aos meus amados sobrinhos, Guilherme Tiago e Vitória Ellen pelos momentos alegres que me proporcionaram.

A minha avó Alzira Maria pelo apoio.

A minha orientadora Dra. Michele Gomes Santos, pela compreensão, carinho e conhecimento a mim dedicado.

Aos meus amigos, companheiros inseparáveis, Leonardo Oliveira, Ovídia Kaliandra e Daiane Mayara pelo apoio, amizade e compreensão.

A todos da turma 2010.1 pelos momentos únicos que passamos e pela amizade.

Aos professores do curso de Ciências Biológicas do CES/UFCG, pela compreensão, conhecimento, ensinamentos, conselhos e dedicação.

A gerência de assuntos estudantil (GAE), pela concessão da residência universitária.

Ao bibliotecário do CES, Jesiel pela força e dedicação.

Aos alunos da residência universitária por todos os momentos alegres e difíceis que passamos principalmente a Manoel Delmiro e Luciana Mangureira.

A minha namorada Gislayne da Silva pelo carinho, amor, compreensão e companheirismo.

A Tatiane Souza, Dona Fátima e Ximba pelo apoio, sem vocês esse sonho não seria possível.

A Rosa Gomes Mattos pelo apoio e conselhos.

Enfim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desse sonho.

"Se os meus olhos não me deixam obter informações sobre homens e eventos,  
sobre idéias e doutrinas, terei de encontrar uma outra forma."  
(Louis Braille)

## Resumo

O processo ensino aprendizagem é contínuo e multilateral. Os desafios emergem no dia a dia docente e discente, sendo o professor um elemento de extrema importância em todas as etapas do referido processo. Objetivou descrever a visão dos docentes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) sobre a prática de ensino com alunos que apresentem Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em Cuité – PB. Nossa pesquisa foi desenvolvida com doze docentes, durante o período de maio a junho de 2014. Buscou-se investigar as ações desenvolvidas pela UFCG sobre o tema (análise documental), o perfil acadêmico dos docentes, a disponibilidade de recursos de infraestrutura e didático pedagógicos oferecidos pela instituição, e por fim a visão dos professores sobre a vivência com alunos portadores de necessidades educacionais especiais. Os dados foram trabalhados quali quantitativamente e apresentados na forma de textos e valores percentuais. Registrou-se que o principal documento diretivo e normativo da UFCG foi o “*Projeto para o Desenvolvimento de Ações de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG*”. No que se refere à formação acadêmica, 66,67% dos professores são formados em Ciências Biológicas, e a maioria tem doutorado. A infraestrutura vem passando por diversas e contínuas obras de adequação destacando-se a instalação de rampas de acesso para discentes com deficiência motora. Até o presente momento, não existem recursos didáticos pedagógicos totalmente especializados ao atendimento a alunos. A maioria dos docentes (58%) já atendeu alunos com necessidades educacionais especiais, porém 67% dos mesmos não pensaram em fazer um curso de capacitação na área. Consideramos implantar de maneira célere o projeto da UFCG, além de incluir o tema das Necessidades Educacionais Especiais (NEE) para a pauta de debates durante a Semana Pedagógica.

**Palavras chave:** processo ensino aprendizagem, discentes, Biologia.



## Abstract

The learning process is continuous and multilateral. The challenges arise day by day for teachers and students, and the teacher act as an element of utmost importance at all stages of that process. Aimed to describe the vision of the teachers of the Centro de Educação e Saúde (CES) of the Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) about the practice of teaching with students who have Special Educational Needs (SEN), in Cuité - PB. Our research was conducted with twelve teachers, during the period of May-June 2014, and was sought to investigate the actions developed by UFCG on the subject (document analysis), the academic profile of teachers, availability of infrastructure resources and didactic teaching offered by the institution and finally the vision of teachers regarding their experiences with students with special educational needs. The data were worked out by qualitative quantitatively ways and presented in the form of texts and percentages. We have observed that the prime directive and normative document UFCG was the "*Projeto para o Desenvolvimento de Ações de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG*". With regard to academic education, 66.67% of teachers are graduating in Biological Sciences, and most have doctor degrees. The infrastructure has been undergoing various and continuous adaptation works highlighting the installation of ramps for students with physical disabilities. To the present date, there are no fully specialized material to teaching students with special needs. Most teachers (58%) has accepted students with special educational needs, but 67% of them did not want to do a training course in the area. We consider deploy in a rapid way UFCG's project and includes the theme of the Special Educational Needs (SEN) to the list of discussions at the event of the Pedagogical Week.

**Keywords:** learning process, students, Biology.

## Lista de Tabelas

	<b>Pág.</b>
Tabela 01 - Censo Demográfico 2010 no estado da Paraíba, Brasil.....	43
Tabela 02 - Censo Demográfico 2010 em relação a pessoas com deficiência (amostra) no estado da Paraíba, Brasil.....	44
Tabela 03 - Censo Demográfico 2010 em relação a pessoas com deficiência (amostra) no estado da Paraíba - Brasil, segundo a categoria grau de dificuldade.....	44
Tabela 04 - Censo Demográfico 2010 em relação a pessoas com deficiência (amostra) no estado da Paraíba - Brasil, segundo tipo de deficiência.....	45
Tabela 05 - Censo Demográfico 2010 em relação a pessoas com deficiência (amostra) no estado da Paraíba - Brasil, segundo tipo de deficiência e área de residência.....	45

## Lista de Quadros

	<b>Pág.</b>
Quadro 1 - Concepção do entendimento e oferta dos serviços de Educação Especial, como parte integrante do sistema educacional brasileiro, em todos os níveis de educação e ensino (Parecer CNE/CEB Nº 2/2001).....	20
Quadro 2 - Dispositivos legais e normativos no Brasil.....	24
Quadro 3 – Aspectos que devem ser considerados nos cursos de graduação das IFES, visando à acessibilidade do aluno com necessidades educativas especiais.....	29
Quadro 4 - Descrição das etapas e atividades de levantamento, CES/UFCG, Cuité – PB.....	32

## Lista de Gráficos

	Pág.
Gráfico 01 - Evolução da inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais no período de 1998 a 2006, no Brasil.....	21
Gráfico 02 - Evolução das matrículas de estudantes público alvo da educação especial na educação básica, no Brasil, de 2003 a 2011.....	22
Gráfico 03 - Evolução das matrículas de estudantes público alvo da educação especial na educação superior, no Brasil, de 1998 a 2012.....	22
Gráfico 04 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto ao gênero, 2014.....	38
Gráfico 05 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à faixa etária, 2014.....	38
Gráfico 06 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à formação superior, 2014.....	40
Gráfico 07 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à pós graduação realizada, 2014.....	40
Gráfico 08 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto ao atendimento de alunos portadores de necessidades educativas especiais, 2014.....	48
Gráfico 09 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto aos tipos de necessidades educativas especiais observados durante o trabalho docente, 2014.....	48
Gráfico 10 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto aos tipos de situações em que lidaram com alunos portadores de necessidades educativas durante o trabalho docente, 2014.....	49
Gráfico 11 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à avaliação da infra estrutura do centro para o atendimento aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, 2014.....	49
Gráfico 12 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à realização de planejamento didático para o atendimento aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, 2014.....	52
Gráfico 13 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à realização de curso de capacitação voltado ao atendimento aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, 2014.....	52
Gráfico 14 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto ao conhecimento de instrumentos normativos voltados aos alunos	

portadores de necessidades educativas especiais, 2014.....	53
Gráfico 15 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto ao conhecimento de instrumentos normativos internos da UFCG voltados aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, 2014.....	53

## Lista de Fotografias

	<b>Pág.</b>
Figura 01 - Vista geral do Centro de Educação e Saúde (CES), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na cidade de Cuité – PB.....	30
Figura 02 - Algumas vias de acesso a diversos setores e blocos do do Centro de Educação e Saúde (CES/ UFCG) adaptadas a indivíduos com nessecidades especiais, 2014.....	42
Figura 03 - Fatores que interferem no trabalho docente, segundo Tardif e Lessard, 2008.....	51

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

- AEE** - Atendimento Educacional Especializado;
- CAENEE** - Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG;
- CES** - Centro de Educação e Saúde;
- CONEB** - Conferências Nacionais de Educação;
- CONAE** – Conselho Nacional de Educação;
- CNS** - Conselho Nacional de Saúde;
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- IES** - Instituição de Educação Superior;
- IFES** - Instituição de Federal de Educação Superior;
- LIBRAS** - Língua Brasileira de Sinais;
- MEC** - Ministério da Educação e Cultura;
- NEE** - Necessidades Educacionais Especiais;
- PNAES** - Programa Nacional de Assistência Estudantil;
- SECADI** - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão;
- SEE** - Secretaria de Educação Especial;
- SESu** - Secretaria de Educação Superior;
- SINAES** - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;
- TCLE** - Termo de Consentimento e Livre Esclarecido;
- UAE** – Unidade Acadêmica de Educação;
- UAS** - Unidade Acadêmica de Saúde;
- UAEnf** - Unidade Acadêmica de Enfermagem;
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;
- UFCG** - Universidade Federal de Campina Grande;
- UFRB** - Universidade Federal do Recôncavo Baiano.

## Sumário

	<b>Pág.</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	16
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	18
2.1. Objetivo Geral.....	18
2.2. Objetivos Específicos.....	18
<b>3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	19
3.1. As Necessidades Educativas Especiais no Cenário Educacional Nacional.....	24
3.2. A Prática Docente e as Necessidades Educativas Especiais (NEE): também um desafio às Ciências Biológicas.....	27
<b>4. METODOLOGIA</b> .....	30
<b>5. RESULTADOS E DICUSSÃO</b> .....	33
5.1. Ações Desenvolvidas pela UFCG acerca do Tema.....	33
5.2. Perfil Acadêmico dos Docentes no CES/ UFCG.....	37
5.3. Disponibilidade de Recursos de Infra-Estrutura no CES/ UFCG..	41
5.4. Disponibilidade de Recursos de Didático-Pedagógicos no CES/ UFCG.....	43
5.5. Visão dos professores sobre a prática docente com alunos portadores de necessidades educativas especiais no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG.....	47
5.6. Diretrizes e propostas de ações para a continuidade do melhor atendimento aos alunos portadores de necessidades educativas especiais no CES/ UFCG.....	54
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	58
<b>Apêndices</b> .....	60
<b>Anexos</b> .....	65



## 1. INTRODUÇÃO

O processo ensino aprendizagem é contínuo e multilateral. Os desafios emergem no dia a dia docente e discente, além no de todos os colaboradores institucionais e também na própria sociedade em suas faces política – histórica – econômica e cultural. O professor é um elemento de extrema importância em todas as etapas do referido processo, onde para Giesta (2005)

*“O crescimento intelectual, moral, crítico, político e profissional do professor favorece sua valorização, seu entendimento, sua participação mais efetiva, levando-o a uma visão da realidade mais ampla e a uma visão de si e de sua história melhor orientada, assim como a um engajamento numa proposta de mudança social.”* (p. 67).

Também é importante considerar a diversidade de alunos, pois os mesmos trazem consigo uma bagagem subjetiva e identidade própria (PIMENTEL; SANTANA; RIBEIRO, 2013). E quando tratamos de educandos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) emerge um maior compromisso – tanto do docente quanto da instituição – em conhecer e trabalhar essa subjetividade e alguns aspectos da identidade, de modo a prover uma igualdade de condições e perspectivas de crescimento *“para todos e todas”*.

Ainda para Pimentel, Santana e Ribeiro (2013), a limitação decorrente de uma necessidade especial pode ser agravada e até determinada de acordo com a influência da sociedade – a componente social. Desta forma, uma sociedade despreparada para receber e incluir indivíduos com necessidades especiais torna-se responsável pelo quadro negativo ao qual muitos indivíduos são associados.

Consoante ao modelo de perspectiva social, pessoas com deficiência *“são aquelas que têm impedimento de natureza física, sensorial e intelectual, que em interação com as barreiras atitudinais e ambientais poderão ter obstruída sua participação em condições de igualdade com as demais pessoas”* (BRASIL, 2013).

Engloba e ressalta aspectos como as barreiras atitudinais e ambientais. Todavia, a atitude não depende só da pessoa com necessidades especiais e o ambiente não se limita a condições da estrutura física.

*“Assim, a deficiência não se constitui como doença ou invalidez e as políticas sociais, destinadas a este grupo populacional, não se restringem às ações de caráter clínico e assistencial. A inclusão das pessoas com deficiência na educação superior deve assegurar-lhes, o direito à participação na comunidade com as demais pessoas, as oportunidades de desenvolvimento pessoal, social e profissional, bem como não restringir sua participação em determinados ambientes e atividades com base na deficiência. Igualmente, a condição de deficiência não deve definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação dos estudantes.” (BRASIL, 2013)*

Muito se tem avançado na batalha em busca de se oferecer um maior e melhor serviço educacional em todos os níveis de ensino, inclusive o superior. No entanto, os entraves históricos, políticos e por vezes culturais não permitiram uma resposta célere ao anseio de uma educação de qualidade *“para todos e todas”*.

Como a reflexão crítica é inerente ao ensino superior, conhecer e debater as diretrizes de inclusão é demanda imperativa na construção de um ensino superior de qualidade. Explica e justifica o contínuo esforço em (re)inventar a estrutura dos cursos nas mais diversas áreas do conhecimento.

A proposta do trabalho aqui apresentado foi fomentar uma provocação inicial para um primeiro debate não oficial, porém estruturado, com os docentes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Com o objetivo de descrever a visão dos mesmos sobre a temática da NEE, procurou-se produzir um registro que embasasse as futuras ações do grupo de professores e da instituição para uma continuidade do processo de conscientização sobre as NEE no dia a dia docente.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo Geral:**

- Descrever a visão dos docentes do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) sobre a prática de ensino com alunos que apresentem Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em Cuité – PB.

### **2.2 Objetivos Específicos:**

- Verificar o estado das possíveis ações desenvolvidas pela UFCG acerca do tema;
- Descrever o perfil acadêmico dos docentes;
- Levantar a disponibilidade de recursos de infra-estrutura e didático-pedagógicos para a promoção do processo ensino↔aprendizagem em Ciências Biológicas no tocante a alunos com necessidades educacionais especiais;
- Registrar o estado atual do pensamento dos professores em relação às ações didáticas no trabalho junto a alunos com necessidades educacionais especiais;
- Elaborar uma proposta de ações futuras para a continuidade do debate entre os docentes do referido curso sobre a temática abordada nos momentos de planejamento e execução da ação didática.

### 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tendo seu reconhecimento mundial a partir da década de 70, a expressão Necessidades Educacionais Especiais (NEE) teve sua significação redefinida, atribuída e estabelecida a partir da Declaração de Salamanca (Espanha) pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 10 de junho de 1994.

Para a UNESCO (CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 1994), indivíduos com necessidades educacionais especiais compreendem “*crianças deficientes e superdotadas, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos marginalizados (p.4).*”

E reafirma:

*“[...] o direito à educação de todos os indivíduos, tal como está inscrito na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, e renovando a garantia dada pela comunidade mundial na Conferência Mundial sobre a Educação para Todos de 1990 de assegurar esse direito, independentemente das diferenças individuais (p. 1).”*

Foi a partir deste documento que se passou a considerar a inclusão dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) nas classes regulares. Marco político, teórico e prático dos intensos esforços em garantir a democratização das oportunidades educacionais (BUENO, 1999).

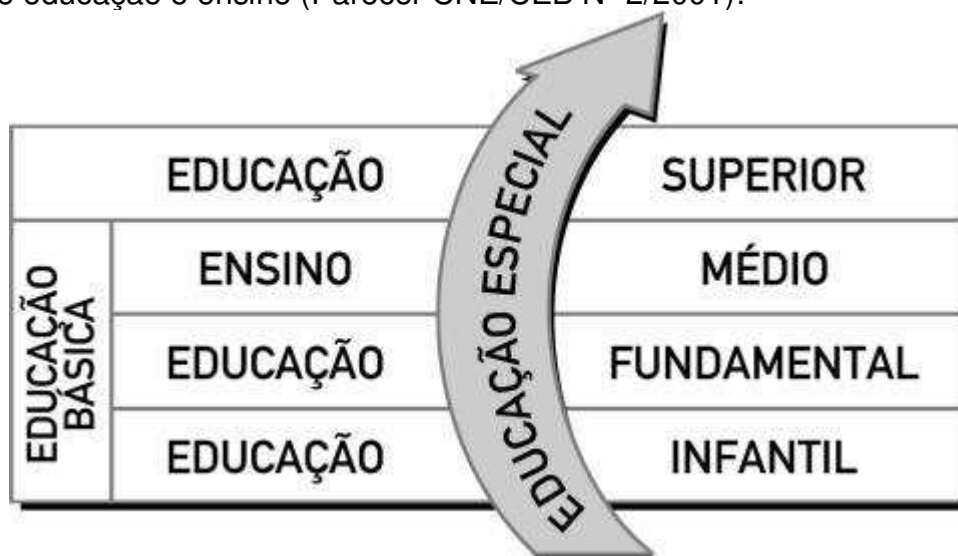
Ainda de acordo com Bueno (1999), é preciso ressaltar as diferenças entre os termos integração e inclusão. Os esforços de integração de crianças com necessidades educativas especiais na educação regular são mais antigos, todavia quando se fazia referência à integração, as ações estavam voltadas apenas para os indivíduos com NEE.

Já o termo inclusão amplia o alvo de atenção, onde além das crianças com NEE (no passado, referidos como crianças excepcionais), engloba também todo e qualquer grupo de indivíduos que não vinham sendo contemplados pela proposta

anterior, haja vista a diversidade de particularidades e a existência das diferenças das mais variadas.

Embora a maioria dos movimentos de inclusão, bem como os instrumentos principais de normatização, se refiram a crianças como público educacional alvo, a Secretaria de Educação Especial (SEE) preconiza que as ações devem ser tomadas em todos os níveis da educação brasileira (BRASIL, 2006), conforme quadro abaixo:

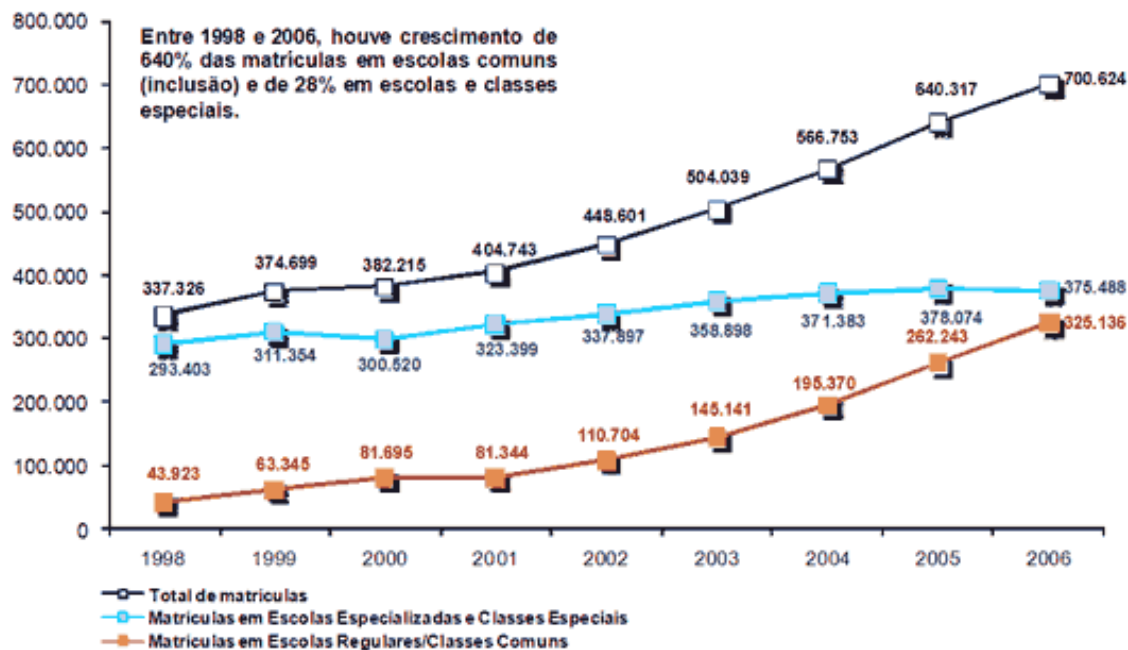
Quadro 1 - Concepção do entendimento e oferta dos serviços de Educação Especial, como parte integrante do sistema educacional brasileiro, em todos os níveis de educação e ensino (Parecer CNE/CEB Nº 2/2001).



Fonte: retirado de BRASIL, 2006. Saberes e Práticas da Inclusão...

As estatísticas com relação aos dados da educação especial (figura 01) mostraram, através do Censo Escolar, que existe uma evolução nas matrículas de 337.326 em 1998 para 700.624 em 2006, registrando um crescimento de 107%. Quando foram considerados os ingressos em classes comuns do ensino regular, verificou-se um crescimento de 640%, passando de 43.923 alunos em 1998 para 325.316 em 2006.

Gráfico 01 - Evolução da inclusão de alunos portadores de necessidades educativas especiais no período de 1998 a 2006, no Brasil.



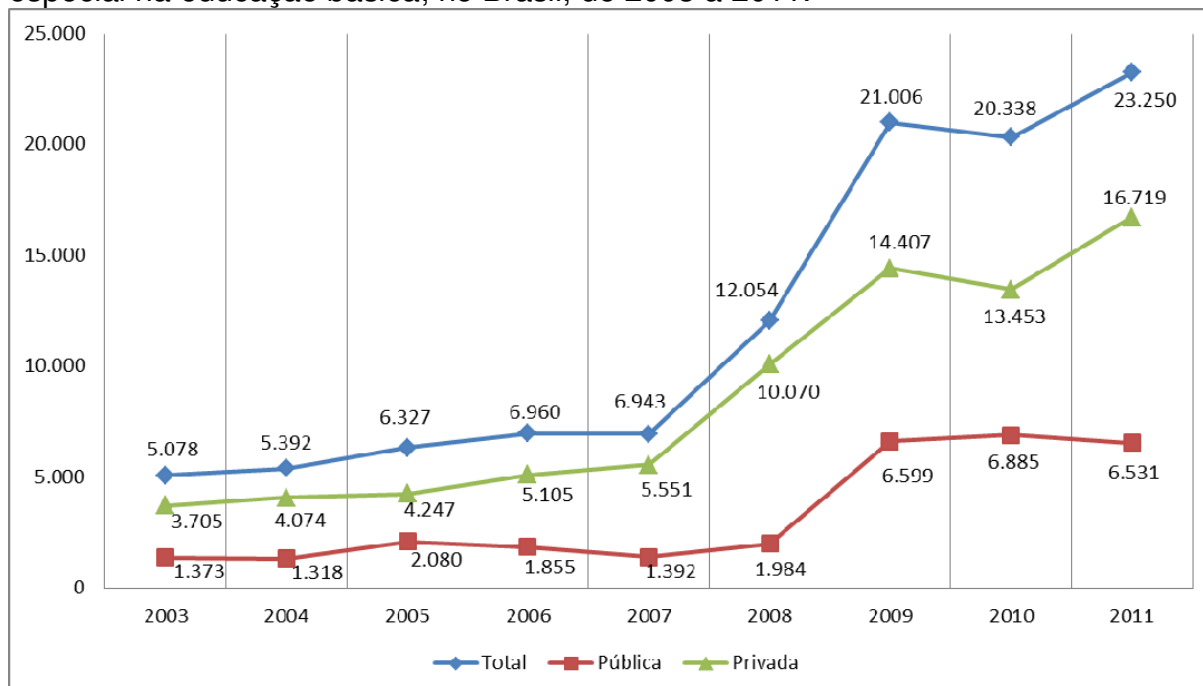
Fonte: BRASIL, 2007. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Ainda buscando argumentos quantitativos, quando se observam as estatísticas dos alunos com necessidades educativas especiais na educação superior, registra-se que as matrículas aumentaram de 5.078 em 2003 para 23.250 em 2011, ou seja, com um crescimento de 358% (figura 02). E estudando melhor os dados, revela-se o fato de que 72% das matrículas de estudantes com deficiência estão em Instituições Privadas de Educação Superior (figura 03) (BRASIL, 2013).

Tentar sanar problemas sociais investindo na iniciativa privada através de incentivos, programas, financiamentos e quotas é uma atitude recorrente do governo federal brasileiro ao longo da história, nas mais variadas áreas de direitos e deveres assegurados pela Constituição Federal de 1988.

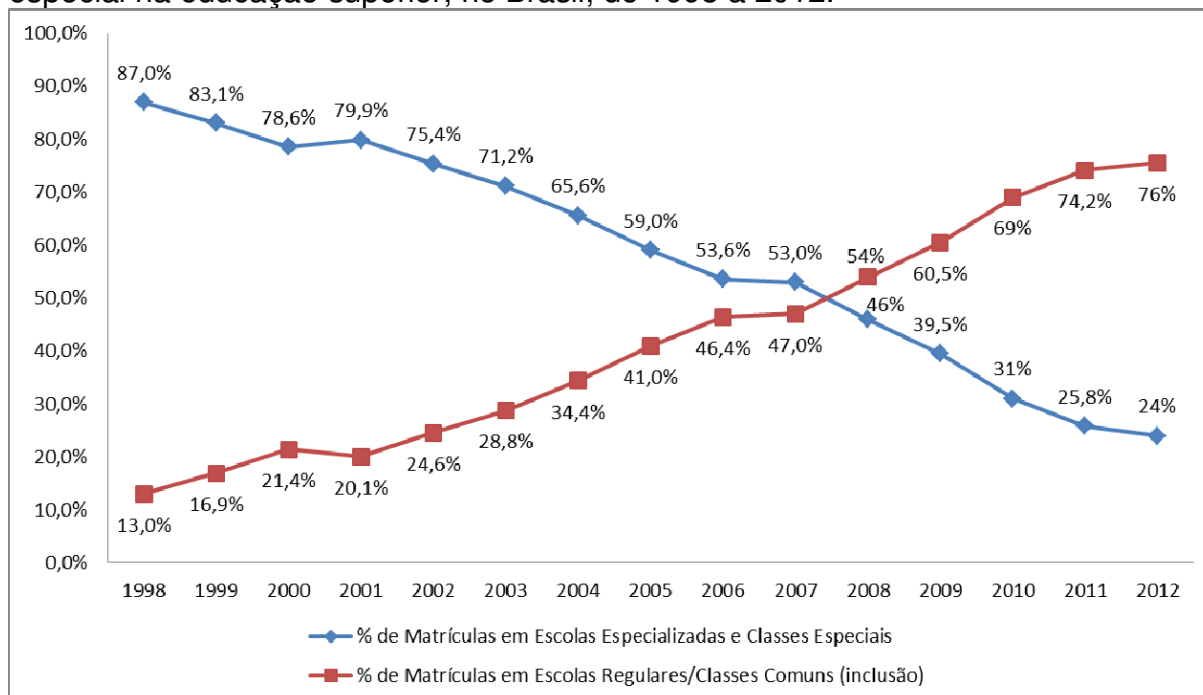
Infelizmente, em termos também históricos, tal estratégia não assegura o direito do cidadão, pois a iniciativa privada tem como quilha os interesses capitalistas, variando a oferta e a acessibilidade ao serviço de acordo com as oscilações do mercado e a projeção de lucro.

Gráfico 02 - Evolução das matrículas de estudantes público alvo da educação especial na educação básica, no Brasil, de 2003 a 2011.



Fonte: BRASIL, 2013. Documento Orientador Programa Incluir – Acessibilidade da Educação Superior.

Gráfico 03 - Evolução das matrículas de estudantes público alvo da educação especial na educação superior, no Brasil, de 1998 a 2012.



Fonte: BRASIL, 2013. Documento Orientador Programa Incluir – Acessibilidade da Educação Superior.

A exemplo da saúde, a área da educação não pode - nem tão pouco deve – procrastinar as ações públicas no que se refere à seguridade dos direitos educacionais de minorias ou pessoas com necessidades especiais. E é papel intrínseco dos educadores de todos os níveis intervirem neste processo, como pontuado por Freire (1996):

*“Isso é tarefa para educadoras e educadores progressistas cumprir, dentro e fora das escolas. É tarefa para organizações não-governamentais, para sindicatos democráticos realizar. Já não é ingênuo esperar, porém, que o empresariado que se moderniza, progressista em face da truculência retrógrada dos ruralistas, se esvazia de humanismo quando da confrontação entre o interesses humanos e os de mercado.” (p. 62)*

Evidenciada a realidade e concretude da necessidade de somar esforços à verdadeira inclusão dos indivíduos com necessidades educativas especiais (NEE) na educação, os governos (nacional e internacionais) vêm, sempre motivados e acompanhados pela persuasão do povo, produzindo estratégias através de debates e criação de instrumentos legais que assegurem o direito de que todos tenham oportunidade de acesso à formação básica e acadêmica.

Exercendo seu poder, o povo – através do governo para o povo – conquista um indelével avanço educacional, onde segundo Freire (1996):

*“É próprio do pensar certo a disponibilidade ao risco, a aceitação do novo que não pode ser negado ou acolhido só porque é novo, assim como o critério de recusa ao velho não é apenas o cronológico. [...] Faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida qualquer forma de discriminação. A prática reconceituosa de raça, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia.” (p. 20)*

Ao que evidentemente não apoia a prática preconceituosa que por tanto tempo manteve o indivíduo com necessidades educativas especiais à margem do sistema educacional brasileiro. E ainda: *“Outro saber de que não posso duvidar um momento sequer na minha prática educativo-crítica é o de que, como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo.” (p. 61) (FREIRE, 1996).*



### 3.1 As Necessidades Educativas Especiais no Cenário Educacional Nacional

A Secretaria de Educação Especial (SEE) considerou a intensificação dos movimentos em prol da obra “Saberes e Práticas da Inclusão”, onde preconizou a efetiva melhoria da qualidade da educação para todos e com todos (BRASIL, 2006).

Orientou que as escolas devem:

- cultivar os valores alicerçados na Democracia;
- não excluir alunos e nem os rotularem;
- funcionar como sistemas abertos;
- criar condições para que seus atores também sejam autores das ações educativas;
- se estruturarem para funcionar como comunidades de aprendizagem;
- buscarem os meios necessários para remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos, com todos e para toda a vida, isto é, escolas que sejam **inclusivas**.

Não foi diferente para o ensino superior. Assim, as instituições de educação superior - IES devem assegurar o pleno acesso, em todas as atividades acadêmicas, considerando os seguintes documentos (quadro 2):

Quadro 2 - Dispositivos legais e normativos no Brasil.

<b>Documento</b>	<b>Conteúdo</b>
<b>Constituição Federal/88, art. 205</b>	Garante a educação como um direito de todos.
<b>Lei nº 10.436/2002</b>	Reconhece a Língua Brasileira de Sinais - Libras.
<b>Decreto nº 3.956/2001</b>	Ratifica a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de deficiência.
<b>Decreto nº 5.296/2004</b>	Regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000, estabelecendo normas gerais e critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No seu artigo 24, determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade público e privado,

	proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.
<b>Decreto 5.626/2005</b>	Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e estabelece que os sistemas educacionais devem garantir, obrigatoriamente, o ensino de LIBRAS em todos os cursos de formação de professores e de fonoaudiólogos e, optativamente, nos demais cursos de educação superior.
<b>Decreto nº 5.773/2006</b>	Dispõe sobre regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores no sistema federal de ensino.
<b>Decreto nº 6.949/2009</b>	Ratifica, como Emenda Constitucional, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que assegura o acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis.
<b>Decreto nº 7.234/2010</b>	Dispõe sobre o programa nacional de assistência estudantil – PNAES.
<b>Decreto nº 7.611/2011</b>	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, que prevê, no §2º do art. 5º:  VII - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior. § 5a Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.
<b>Portariano 3.284/2003</b>	Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade às pessoas com deficiência para instruir processo de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

Fonte: retirado de BRASIL, 2013.

Rompendo com o paradigma antigo de separação, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008), estabelece a Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. Este tipo de educação tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar à formação dos discentes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e também altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2013).

Faz-se necessária a adoção de medidas de apoio específicas para garantir as condições de acessibilidade, pois representa um pressuposto ao acesso a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis. Tais medidas são necessárias à plena participação e autonomia dos estudantes com deficiência, em ambientes que maximizem seu desenvolvimento acadêmico, individual (identidade do sujeito) e social (BRASIL, 2006).

São de importância capital as Conferências Nacionais de Educação - CONEB/2008 e CONAE/2010, as quais referendaram:

- a implementação de uma política de educação inclusiva ,
- o pleno acesso dos(as) estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, à formação de profissionais da educação para a inclusão,
- a implantação de salas de recursos multifuncionais, garantindo a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos.

Quando nos reportamos ao “**Programa Incluir – acessibilidade na educação superior**” devemos esclarecer que o mesmo é executado por meio da parceria entre a Secretaria de Educação Superior - SESu e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI, tendo como alvo:

[...] *“fomentar a criação e a consolidação de núcleos de acessibilidade nas universidades federais, as quais respondem pela organização de ações institucionais que garantam a inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e na comunicação e informação, promovendo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade.”* (BRASIL, 2013)

Este programa realizou chamadas públicas concorrenciais no período de 2005 a 2011, as quais representaram o início da formulação de estratégias para identificação das barreiras ao acesso das pessoas com deficiência à educação superior. Na sequência (2012), essa ação foi universalizada atendendo todas as IFES, provocando o desenvolvimento de uma Política de Acessibilidade ampla e articulada (BRASIL, 2013).

### **3.2. A Prática Docente e as Necessidades Educativas Especiais (NEE): também um desafio às Ciências Biológicas.**

A prática docente habitua-se ao surgimento incessante de desafios variados e muitas vezes intensos. Construir o conhecimento de forma conjunta com os alunos leva o professor a planejar e reavaliar as estratégias didáticas, de modo a promover uma boa assimilação de conteúdos de maneira crítica e reflexiva (TARDIF; LESSARD, 2008).

Os conteúdos da área de Ciências Biológicas são por natureza, vastos e variados, pois Biologia *“É a ciência que estuda todas as formas de vida, passando pela flora, pela fauna e até pelo desenvolvimento humano. O biólogo pesquisa a origem, a evolução, a estrutura e o funcionamento dos seres vivos.”* (FERREIRA - Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa).

Assim, o contexto no qual as aulas acontecem influencia muito o trabalho dos conteúdos junto aos alunos, principalmente dos discentes com necessidades educacionais especiais.

Mais especificamente, e se tratando de Ciências e Ciências Biológicas, a conexão das aulas com o mundo real do aluno é fator decisivo para manter a motivação do aprendizado dentre os discentes de qualquer faixa etária. É necessária uma parte prática em nas aulas do curso superior, para assim atingir seus objetivos. É evidente que quanto melhores forem as instalações e o material disponível, e isso é direito e dever do docente pleitear e lutar pela conquista desses instrumentos, irá lhe permitir um melhor desempenho em suas atividades, isso em busca de melhores condições também para toda a diversidade de alunos (KRASILCHIK, 2008).

Ainda segundo Krasilchik (2008), alguns cuidados devem ser tomados para que as aulas possam realmente ser úteis, despertando e mantendo o interesse dos alunos e aponta que se deve:

- envolver os estudantes em investigação científica;
- desenvolver a capacidade de solucionar problemas;
- compreender conceitos básicos;
- desenvolver habilidades.

Em decorrência do desenvolvimento inclusivo da educação básica, o acesso das pessoas com deficiência à educação superior vem se ampliando significativamente. Em 2012, o Ministério da Educação e Cultura (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Secretaria de Educação Superior (SESu), passou a apoiar projetos das IFES, com aporte de recurso financeiro, com a finalidade de institucionalizar ações de política de acessibilidade na educação superior, por meio dos Núcleos de Acessibilidade, que se estruturam com base em quatro eixos (quadro 3).

Para Delizoicov (2011), para tornar a aprendizagem de conhecimentos científicos dentro de sala de aula num desafio prazeroso, é necessário conseguir que seja o processo de construção coletiva seja significativo para todos - docentes e alunos. Acrescenta ainda que, trazer o mundo externo para dentro da sala de aula, permite o acesso a novas formas de compreensão e finaliza (re)afirmando que o professor deve ser um eterno pesquisador na busca de materiais que possibilitem esse acesso, como por exemplo, as aulas fora do ambiente da sala de aula, exposições, trabalho feitos pelos alunos, etc.

E tudo que é preconizado aplica-se também à realidade de inclusão, onde o professor deve receber apoio institucional para desenvolver suas habilidades e adquirir novas, capacitando-se continuamente para trabalhar conteúdos em meio à diversidade de necessidades do alunado. Buscando o objetivo maior, porém sem excluir minorias. Sendo e se (re)fazendo professor, transformando, avaliando, compartilhando conhecimentos e experiências que só a prática concede construir e sistematizar.

Quadro 3 – Aspectos que devem ser considerados nos cursos de graduação das IFES, visando à acessibilidade do aluno com necessidades educativas especiais.

<b>a) Infra-estrutura</b>	Os projetos arquitetônicos e urbanísticos das IFES são concebidos e implementados atendendo aos princípios do desenho universal.
<b>b) Currículo, comunicação e informação</b>	A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência acontece por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras.
<b>c) Programas de extensão</b>	Assegurar a participação da comunidade nos projetos de extensão, por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade. Disseminar conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações extensionistas, em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva.
<b>d) Programas de pesquisa</b>	O desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada, abrangendo as inúmeras áreas do conhecimento tem sido importante mecanismo para o avanço da inclusão social das pessoas com deficiência, quando se fundamenta no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecimento e valorização da diferença humana, compreendendo a condição de deficiência como característica individual. Sendo possível, dentro das especificidades de cada programa de pesquisa, articular, ressignificar e aprofundar aspectos conceituais e promover inovação, ao relacionar as áreas de pesquisa com a área da tecnologia assistiva.

Fonte: BRASIL, 2013.

#### 4. METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado para descrever a percepção dos docentes do Curso de Ciências Biológicas sobre a temática da Necessidade Educativa Especial, no Centro de Educação e Saúde (CES/ UFCG) em Cuité – PB (figura 01).



Figura 01 - Vista geral do Centro de Educação e Saúde (CES), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), na cidade de Cuité – PB. Fonte: <http://www.cuitepbonline.com/2013/01/concurso-para-professor-do-campus-de.html>

O CES foi fundado em 2006, sendo um campus do programa de expansão da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Está situado no acesso à localidade do Olho D'Água da Bica a 2Km do centro do município de Cuité – PB e tem uma área de 80 hectares (CES, 2014).

Atualmente, o campus é dividido em três unidades acadêmicas: de Educação (UAE), de Saúde (UAS) e de Enfermagem (UAEnf). Os cursos que fazem parte da Unidade Acadêmica de Educação são as Licenciaturas em Ciências Biológicas, Química, Física e Matemática. Já a Unidade Acadêmica de Saúde é composta pelos Bacharelados em Farmácia e Nutrição (vale ressaltar que esta unidade também é responsável pelas componentes curriculares do ciclo básico da área de saúde). E por fim a Unidade Acadêmica de Enfermagem abriga logicamente o bacharelado em Enfermagem. A Instituição também oferece a Especialização em Educação e o Mestrado Acadêmico em Ciências Naturais e Biotecnologia (CES, 2014).

Desta forma, teve como abordagem um estudo exploratório e de caráter descritivo, que segundo GIL (2007):

*[...] “pesquisas exploratória têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a deixá-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento das ideias ou a descobertas de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível...” (p. 41).*

E adindo,

*“As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno [...] estudar as características de um grupo [...] levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. [...] são também as mais solicitadas por organizações como instituições educacionais [...] Geralmente assumem a forma de levantamento...” (p. 42)*

As atividades foram desenvolvidas apenas com os professores do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, totalizando 12 (doze) docentes. Os critérios de inclusão para a amostra foram o docente ser lotado na Unidade Acadêmica de Educação (UAE) do CES/ UFCG e ministrar aulas no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, além de não estar diretamente ligado a esta pesquisa. Consideraram-se ainda, para componentes curriculares do ciclo básico, os docentes que tiveram sua formação em Ciências Biológicas



(Licenciatura e/ou Bacharelado) e que efetivamente já ministraram aulas nas Ciências Biológicas até o presente semestre (2014.1).

Em atendimento às Resoluções CNS Nos. 196/96 e 466/12 e à Norma Operacional 001/2013 também do Conselho Nacional de Saúde (CNS), os docentes receberam o Termo de Consentimento e Livre Esclarecido - TCLE (Apêndice 1) e quando aceitaram de modo voluntário participar do presente estudo assinaram o referido termo, o qual foi devidamente arquivado.

As atividades de coleta de dados foram realizadas no período de maio a junho de 2014. Foram levantados os seguintes aspectos (quadro 4):

Quadro 4 - Descrição das etapas e atividades de levantamento, CES/UFCG, Cuité – PB.

<b>ETAPAS (*)</b>	<b>ATIVIDADES</b>
<b>Ações desenvolvidas pela UFCG acerca do tema</b>	Pesquisa bibliográfica junto ao campus sede em Campina Grande e junto ao CES em Cuité.
<b>Perfil acadêmico dos docentes</b>	Aplicação de questionários semi-estruturado (Apêndice 2).
<b>Disponibilidade de recursos de infra-estrutura</b>	Entrevista junto ao setor da subprefeitura do CES/ UFCG.
<b>Disponibilidade de recursos didático-pedagógicos</b>	Entrevista junto aos coordenadores do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG.
<b>Visão dos professores sobre a prática docente com alunos portadores de necessidades educativas especiais no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG</b>	Aplicação de questionários semi-estruturado (Apêndice 2).

Os dados foram trabalhados qualitativamente através da análise das respostas dos entrevistados, sendo estes resultados apresentados na forma textual. Já a abordagem quantitativa foi através da estatística descritiva determinando-se valores percentuais. Os resultados foram apresentados na forma de tabelas e gráficos (CRESPO, 2002).

O texto seguiu a normativa do Manual para Elaboração de Trabalhos Científicos do Centro de Educação e Saúde (CES/ UFCG), versão 2009.

## 5. RESULTADOS E DICUSSÃO

### 5.1. Ações Desenvolvidas pela UFCG acerca do Tema

O principal documento diretivo e normativo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é o Projeto de Desenvolvimento de Ações para os alunos que apresentem necessidades educativas especiais, a saber:

**UFCG. Projeto para o Desenvolvimento de Ações de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG.** Campina Grande (PB): Universidade Federal de Campina Grande. 2013.

Com sua versão final para tramitação interna em dezembro de 2013, teve como Comissão de elaboração e gestão os seguintes docentes e servidores:

**Marta Helena Burity Serpa** (Presidente) – SIAPE 23084476-4;

**Lívio José da Silva** - SIAPE 0338171-2;

**Hermília Feitosa Junqueira Ayres** - SIAPE 2208570-8;

**Taciana Lima Araújo** - SIAPE 1358834-4;

**Eva Christianne Miranda da Silva Albuquerque** - SIAPE 1642001-1;

**Paulo Alexandre Xavier Marques** - SIAPE 0383645-1.

A organização do projeto contempla as seguintes partes: 1. Apresentação; 2. Missão; 3. Justificativa, seguida de: 3.1. Os documentos internacionais de destaques que respaldam a educação inclusiva, 3.2. A deficiência na Legislação da Educação Especial Brasileira, 3.3. As fases da Educação Especial: Exclusão, Segregação Institucional, Integração e Inclusão, 3.4. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2006) e a política nacional de educação especial na perspectiva da educação brasileira (2008): documentos em evidência; 4. Objetivos; 5. Ações a serem desenvolvidas pela CAENEE: 5.1. Indicações, 5.2. Recursos de Acessibilidade e Serviços; 6. Recursos Financeiros; 7. Referências e Anexos.

Dentre as principais partes analisadas do documento acima referenciado, considerou-se que:

- a) **Apresentação**: a criação da Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG → CAENEE está reconhecida pela **Portaria 2.329** de 20 de julho de 2013. Apesar de recente, a referida comissão já elaborou o documento diretor interno na forma de projeto a ser desenvolvido. Uma vez desenvolvido [...] *“colocação a augusta UFCG na sua verdadeira condição de instituição de educação superior socialmente responsável.”* (p.1.). Considerou-se esta parte do documento como o marco legal interno da instituição que cumpre inicialmente com o que é preconizado para a educação superior (BRASIL, 2013).
- b) **Missão**: dividida em dois parágrafos, a missão da instituição foi estabelecida de forma que haja uma contribuição com os gestores por meio de discussões e ações. Assim estabelecida a missão, o projeto mostrou-se com uma natureza diretiva maior do que seria um enfoque normativo, ou seja, todas as ações devem ser precedidas de discussões que apontem para as melhores soluções a serem adotadas nos diversos *campi*. Essa diretriz mantém a autonomia dos *campi* e abre para o poder investigativo, inventivo e colaborativo dos diversos setores que fazem a UFCG e que são próprios do cenário do ensino superior. O caráter normativo ficou mais evidente quando da descrição da origem dos recursos financeiros, ao final do documento.
- c) **Justificativa**: tratou-se da parte mais extensa do documento, com 11 páginas. O projeto fez alusão ao social como prelúdio de sua justificativa, o que do ponto de vista educacional é bastante coerente haja vista a educação ser também um processo social (FREIRE, 1996). Como documento principal, apontou o DOCUMENTO ORIENTADOR / PROGRAMA INCLUIR (BRASIL, 2013). A partir deste ponto, fez uma revisão temporal dos principais documentos internacionais e nacionais que respaldam a educação inclusiva, mas nomina a legislação nacional como deficiente. Consideramos que o estado do cenário nacional é o que precisamente justifica a elaboração do projeto aqui analisado. Ainda, na análise da referida justificativa, os autores do projeto da UFCG descreveram um marco histórico das quatro fases da

Educação Especial (Exclusão, Segregação Institucional, Integração e Inclusão). Consideramos como destaque, além da filosofia embasadora, a evidencição da não utilização do termo “*portador*” na atualidade. O fechamento da justificativa é embasado em dois momentos: um em 2006 (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência) e outro em 2008 (A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva). Na presente análise, considerou-se que o projeto da UFCG vai ao encontro das principais correntes de pensamento – nacional e internacional. Mostrou-se como um documento bem embasado e que conservou as componentes políticas e sociais subjacentes, além de tratar o discente com necessidade educativa especial de forma libertária e sem preconceitos. Vale ressaltar que a UFCG apontou como público alvo de seu projeto (em consonância com o MEC) os estudantes da Educação Infantil, Graduação e Pós-graduação com: 1) Deficiência (física, intelectual, auditiva ou visual); 2) Transtornos Globais do Desenvolvimento (Autismo, Espectro do Autismo e Psicose infantil); 3) Altas habilidades/ superdotação; 4) Transtornos funcionais específicos (dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, etc.).

- d) **Objetivos**: com vistas a contribuir com o acesso, a permanência e a participação do discente com necessidades educacionais especiais na UFCG (seu próprio objetivo geral), a proposta se comprometeu com a sociedade através de sete objetivos específicos. Dentre esses, consideramos como mais importante para a prática docente [...] “*Identificar e diagnosticar as barreiras arquitetônicas, atitudinais, de comunicação e pedagógicas, com propósito de promover suas eliminações*” (p. 14).
- e) **Ações a serem desenvolvidas pela CAENEE**: através de dez ações propostas, a Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (CAENEE) mostrou uma preocupação em manter uma lógica de entrada → permanência → saída do estudante com necessidades educacionais especiais, ou seja, com todo o processo. Especificamente para os docentes, as ações 2, 7 e 8 mostraram um potencial auxílio à prática docente. A ação dois diz: “*Orientar professores [...] sobre o processo de inclusão*”. A ação sete traz o docente numa abordagem geral

como público alvo de cursos, minicursos e palestras. Já a oito versa sobre recursos tecnológicos. Todas as referidas ações não mostraram, até pelo modo da construção do texto (ações diretas e em tópicos), uma preocupação mais específica com o corpo docente. Entretanto, faz alusão ao apoio da pessoa acompanhante do aluno com necessidade educacional especial explicando detalhadamente essa ação. Concordamos com a validade, pontuamos o mérito, porém consideramos a necessidade de voltar o foco para o profissional docente uma vez que o mesmo será o maior ator influenciador na vida acadêmica do aluno.

- f) **Indicações**: nesta parte, a referida comissão elenca onze mecanismos pelos quais acredita viabilizar a concretização das ações propostas no tópico anterior, todavia não aponta quem será responsável (pelo menos um principal) pela execução das ações. Um aspecto positivo foi o oferecimento de apoios metodológicos, recursos didáticos e tecnológicos (softwares para leitura, órtese para digitação, etc.) aos estudantes (mecanismo 1). Dentre mais um dos pontos preocupantes consideramos que não há no documento um plano de aplicação destes mecanismos. Quando diz “6. *Para estudantes surdos, correção diferenciada [...] das produções e avaliações acadêmicas.*” (p.16) ou diz “7. *Plano especial para a execução da matriz curricular...*” (p.16). Em nenhum momento houve preocupação explícita na capacitação de docentes, muito menos na previsão de contratação de novos docentes para gerir tais mecanismos em cada um dos *campi*.
- g) **Recursos de Acessibilidade e Serviços**: refere a existência de um Atendimento Educacional Especializado (AEE) que funcionaria a partir de Núcleos de Acessibilidade, cujas ações são sugeridas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que contemplam: atividades para estudantes com deficiência mental (intelectual), Libras, sistema Braille, Sorobã, linguagem Tadoma, etc.
- h) **Recursos Financeiros**: apontou três fontes, a saber: Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o Programa Incluir – acessibilidade da Educação Superior e os próprios da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

O Projeto para o Desenvolvimento de Ações de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG mostrou-se em consonância com as principais diretrizes nacionais para instituições federais de ensino superior, como colocado por Brasil (2006 e 2013) [...] “O cumprimento da norma de acessibilidade, neste caso, independe da matrícula de estudante com deficiência na IES”. Porém não conseguimos uma informação concreta sobre o tempo de/ para execução do referido documento. Em entrevistas informais, obtivemos a informação de que o mesmo encontra-se em fase de revisão final e posterior tramitação interna à UFCG para consolidar sua aprovação. Uma vez aprovado, mais planos serão executados tais como o estabelecimento de parcerias junto a outras instituições que já tenham implementado ações e que tenham experiências vivenciadas nos diferentes casos de atendimento educacional especial.

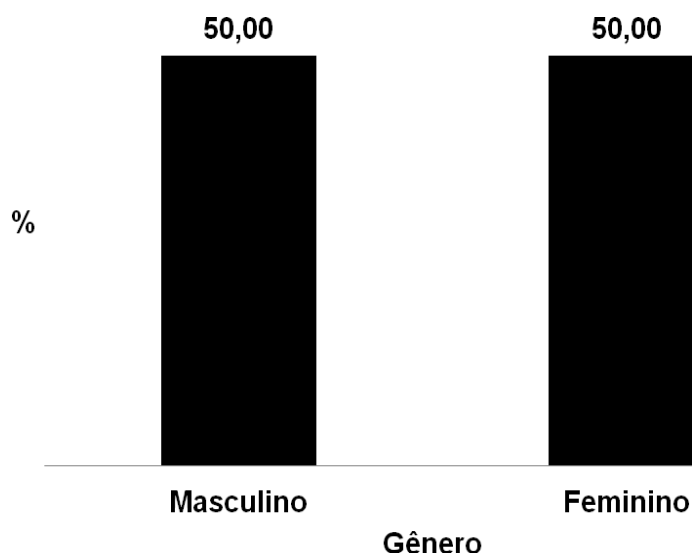
Reforçamos a necessidade de catalizar tal processo e expandir sua divulgação dentro da comunidade acadêmica. Apontamos também que urge a dispensação de atenção focada ao treinamento e capacitação continuada dos docentes (e demais atores) durante a vivência de sala de aula através dos encontros pedagógicos sistematizados.

## **5.2. Perfil Acadêmico dos Docentes no CES/ UFCG**

Foram entrevistados 12 (doze) professores ligados ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG. Dessa amostra, houve uma equitatividade quanto ao gênero (gráfico 04). Quanto à faixa etária (gráfico 05), a maioria dos docentes (58,33%) tem entre 31 e 41 anos.

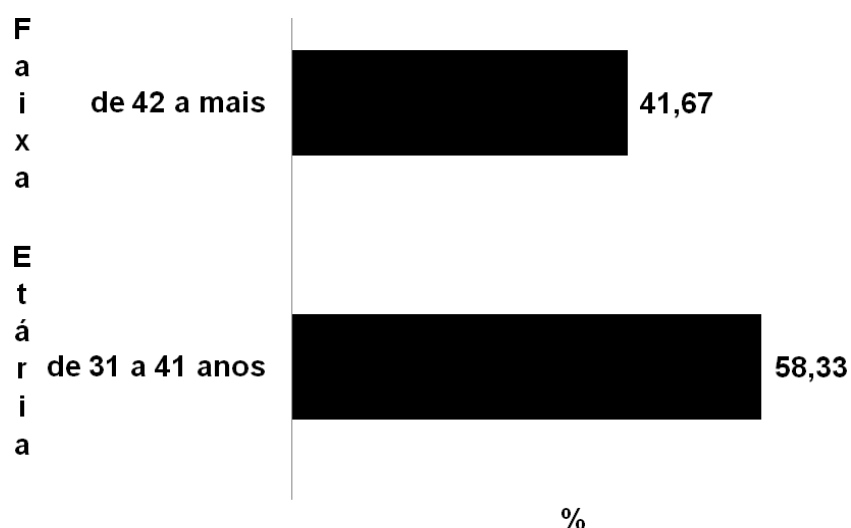
De acordo com Ristoff e colaboradores (2007) há um crescimento constante da participação dos docentes nas instituições de ensino superior, ao longo do tempo, para ambos os gêneros. Todavia, quando se analisam os valores relativos das estatísticas, o crescimento do contingente de mulheres docentes apresenta uma tendência para um crescimento mais significativo.

Gráfico 04 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto ao gênero, 2014.



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Gráfico 05 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à faixa etária, 2014.



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

A idade dos docentes foi um resultado plenamente esperado, uma vez que no sistema educacional superior brasileiro, a grande maioria das vagas providas por meio de concursos públicos exige a formação superior do pleiteante com formação em pós-graduação. Como, em linhas gerais, um curso de graduação dura de 3 a cinco anos no sistema federal de ensino, somando-se a 1,5 – 5 anos em formação em pós graduação, a faixa etária esperada é a que observamos nesse presente estudo.

No que se refere à formação acadêmica, 66,67% dos professores são formados em Ciências Biológicas (gráfico 06), e semelhantemente têm pós-graduação em nível doutorado (gráfico 07).

Esses resultados demonstraram uma adequabilidade do quadro docente aos propósitos de adir à instituição pessoas capacitadas e especializadas na área de oferta do curso. É um resultado decorrente em grande parte da normativa de concurso público para professor do ensino superior das universidades federais do Brasil e das atividades de fiscalização dos conselhos federal e regionais de Biologia.

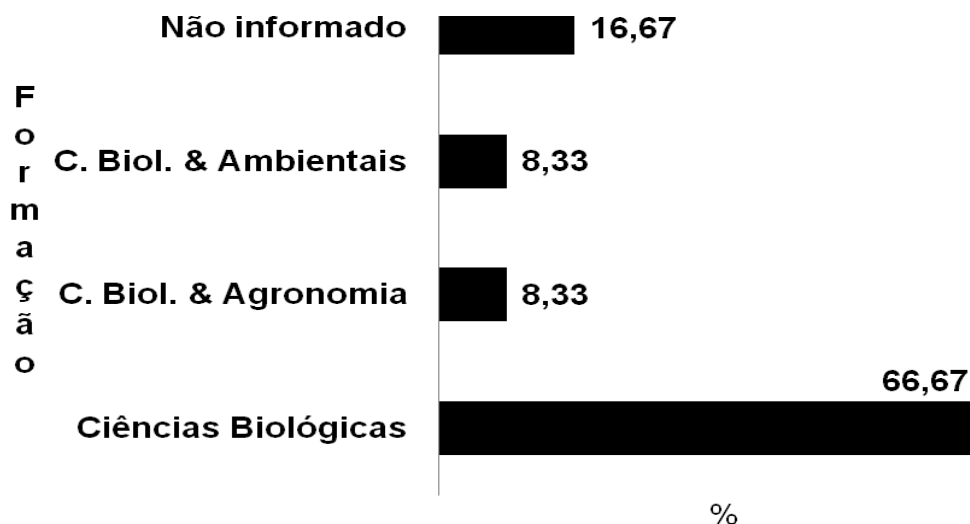
Procura-se garantir ao professor seu campo de trabalho específico, valorizando sua formação e patrimônio intelectual, além de manter a ordem ética concernente ao exercício das profissões.

Assim, os alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Educação e Saúde (CES/ UFCG) contam com corpo docente qualificado nas principais áreas ligadas à Biologia Geral e Biologia Aplicada.

Proporciona também um curso de qualidade uma vez que, segundo Tardif e Lessard (2008) [...] “*programas de ensino constituem o quadro no qual os professores se dedicam. Tal quadro é muito exigente, pois determina horas de ensino, objetivos, aprendizagens, avaliações ...*” (p. 207). Assim, através do núcleo docente estruturante e colegiado de curso, os docentes das Ciências Biológicas do CES/ UFCG podem contribuir efetivamente com seus currículos adequados à área do curso.

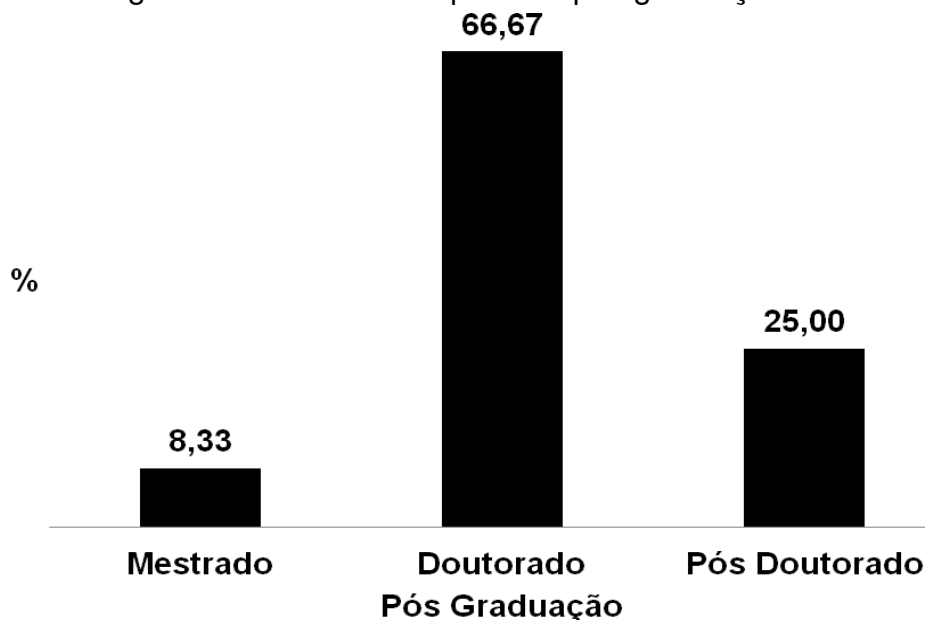


Gráfico 06 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à formação superior, 2014.



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Gráfico 07 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à pós graduação realizada, 2014.



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

### **5.3. Disponibilidade de Recursos de Infra-Estrutura no CES/ UFCG**

As entrevistas com alguns representantes do setor da Subprefeitura Universitária do Centro de Educação e Saúde (CES) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) em Cuité – PB revelaram que a infraestrutura do centro vem passando por diversas e contínuas obras de adequação à prestação de serviços educacionais a alunos com necessidades educacionais especiais, destacando-se a instalação de rampas de acesso para discentes com deficiência motora (figura 02). De acordo com o Documento Orientador para o Ensino Superior,

*“A acessibilidade arquitetônica também deve ser garantida em todos os ambientes, a fim de que estudantes e demais membros da comunidade acadêmica e da sociedade em geral tenham o direito de ir e vir com segurança e autonomia, de acordo com o disposto no Decreto nº 5.296/2004. O cumprimento da norma de acessibilidade, neste caso, independe da matrícula de estudante com deficiência na IES.” (BRASIL, 2013)*

E o Decreto nº 5.296/2004 (que regulamenta as Leis 10.048/2000 e 10.098/2000) estabeleceu as normas gerais e os critérios básicos para o atendimento prioritário a acessibilidade de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. No seu artigo 24,

*“determina que os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade público e privado, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.”*

Não obtivemos dados acerca dos recursos recebidos e/ou destinados a tais intervenções arquitetônicas, embora o Documento Orientador tenha indicado a possibilidade de verba para a UFCG como um todo (vide anexo II). (BRASIL, 2013) Em e-mails circular destinados a docentes do CES, a direção informou que está em processo de licitação corrimões no valor de R\$ 124.000,00 garantindo acessibilidade e segurança à comunidade do CES.



Figura 02 - Algumas vias de acesso a diversos setores e blocos do do Centro de Educação e Saúde (CES/ UFCG) adaptadas a indivíduos com nessecidades especiais, 2014.

Fonte: Fotografia de Ramsés França – acervo do CES, 2014.

#### 5.4. Disponibilidade de Recursos de Didático-Pedagógicos no CES/ UFCG

Como o Centro de Educação e Saúde (CES/ UFCG) é um *campus* de expansão da universidade no estado da Paraíba (tabela 01), consideramos buscar o cenário da potencial população alvo de alcance das atividades do Centro para a região do Semiárido paraibano, com vistas a colaborar com o estabelecimento de prioridades na aquisição de recursos didático pedagógicos no planejamento dos cursos.

Tabela 01 - Censo Demográfico 2010 no estado da Paraíba, Brasil.

<b>Estado da Paraíba/ Capital: João Pessoa</b>	<b>Números</b>
População estimada 2013 (hab)	3.914.421
População 2010 (hab)	3.766.528
Área (km <sup>2</sup> )	56.469,778
Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	66,70
Número de Municípios	223

Fonte: IBGE, 2010.

O censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) considerou os seguintes tipos de deficiência:

- Visual;
- Auditiva,
- Motora, e
- Mental/ Intelectual.

Estas foram categorizadas por: grau de dificuldade (não consegue de modo algum/ grande dificuldade e alguma dificuldade), gênero (masculino e feminino), área de residência (urbana e rural), idade (10 a 14 anos/ ... / 75 a 79 anos/ 80 anos), rendimentos (em salários mínimos) e ocupação (se o indivíduo amostrado realizava algum tipo de trabalho remunerado pelo menos na semana de realização do censo, chamada de semana de referência).

As estatísticas apontaram para um montante de 1.045.961 habitantes com algum tipo de deficiência, inclusive a categoria que afirma ter a deficiência mas não a nomina ou classifica (tabela 02).

Tabela 02 - Censo Demográfico 2010 em relação a pessoas com deficiência (amostra) no estado da Paraíba, Brasil.

<b>Estado da Paraíba</b>	<b>Número (pessoas)</b>
População 2010	3.766.528
População com nenhuma destas deficiências *	2.719.901
População sem declaração de deficiências **	666
<b>→ População com deficiência</b>	<b>⇒ 1.045.961</b>

Onde: (\*) = consideradas como pessoas sem deficiência (o que não exclui a existência de outras diferentes de visuais, auditivas, motoras, mentais/ intelectuais); (\*\*) = o que não significa que a pessoa tenha total conhecimento de sua condição de saúde.

Fonte: IBGE, 2010.

Ao analisar os dados de ocorrência da deficiência por categoria de natureza e grau de dificuldade, a deficiência visual com alguma dificuldade demonstrou o maior número das ocorrências, seguida da deficiência motora com alguma dificuldade. Em terceiro plano há a deficiência auditiva com alguma dificuldade e em quarta posição há um retorno da deficiência visual, agora com grande dificuldade (tabela 03).

Nossos resultados demonstraram que há uma diversidade no quadro de deficiência o que conclama uma ação planejada da educação superior paraibana para que se possa atender à demanda do estado.

Tabela 03 - Censo Demográfico 2010 em relação a pessoas com deficiência (amostra) no estado da Paraíba - Brasil, segundo a categoria grau de dificuldade.

<b>Categorias</b>	<b>Pessoas</b>
População residente com deficiência visual - não consegue de modo algum	8.477
População residente com deficiência visual - grande dificuldade	142.193
População residente com deficiência visual - alguma dificuldade	672.369
População residente com deficiência auditiva - não consegue de modo algum	6.470
População residente com deficiência auditiva - grande dificuldade	41.908
População residente com deficiência auditiva - alguma dificuldade	181.762
População residente com deficiência motora - não consegue de modo algum	16.880
População residente com deficiência motora - grande dificuldade	90.172
População residente com deficiência motora - alguma dificuldade	213.753
População residente com mental/intelectual	62.058
<b>Total (***)</b>	<b>1.436.042</b>

Onde: (\*\*\*) = a diferença de 390.081 pessoas para mais em relação ao total da tabela 01 se deve ao fato de uma mesma pessoa poder referenciar mais de uma deficiência.

Fonte: IBGE, 2010.

Dado este cenário, onde a deficiência visual emerge como a mais ocorrente, tanto a zona urbana quanto na rural (tabelas 4 e 5), apontamos essa deficiência como prioritária ao plano de ações do CES/ UFCG. Esse apontamento logicamente tem ressalvas, pois o presente estudo não levantou a necessidade atual de atendimento educacional especial dentre os alunos do CES. E em seus estudos, Pimentel, Santana e Ribeiro (2013) encontraram, num montante de 6.359 estudantes matriculados em 2011 na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), apenas oito estudantes com algum tipo de deficiência (dos quais apenas um era deficiente visual).

Tabela 04 - Censo Demográfico 2010 em relação a pessoas com deficiência (amostra) no estado da Paraíba - Brasil, segundo tipo de deficiência.

<b>Tipo de Deficiência</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Visual	823.039	57,31
Auditiva	230.140	16,03
Motora	320.805	22,34
Mental/ Intelectual	62.058	4,32
<b>Total</b>	<b>1.436.042</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE, 2010.

Tabela 05 - Censo Demográfico 2010 em relação a pessoas com deficiência (amostra) no estado da Paraíba - Brasil, segundo tipo de deficiência e área de residência.

	<b>Urbana</b>		<b>Rural</b>	
	<b>n</b>	<b>%</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
Visual	620.329	57,34	202.710	57,23
Auditiva	171.042	15,81	59.098	16,69
Motora	244.118	22,56	76.687	21,65
Mental/ Intelectual	46.359	4,29	15.698	4,43
<b>Total</b>	<b>1.081.848</b>	<b>100%</b>	<b>354.193</b>	<b>100%</b>

Fonte: IBGE, 2010.

As entrevistas junto às coordenações de curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (diurno e noturno) do Centro de Educação e Saúde (CES/ UFCG) constatou-se que até o presente momento não existem recursos didáticos pedagógicos totalmente especializados ao atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais. Há os comumente utilizados em sala de aula e que podem,

potencialmente, serem adaptados ao atendimento especializado tais como: caixas de som, lousas interativas, data show e expositores.

De acordo com o Documento Orientador do Ensino Superior (BRASIL, 2013), dentre os recursos e serviços de acessibilidade disponibilizados pelas IES, destacam-se

*[...] “o tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia intérprete, equipamentos de tecnologia assistiva e materiais pedagógicos acessíveis, atendendo às necessidades específicas dos estudantes. Assim, as condições de acessibilidade à comunicação e aos materiais pedagógicos se efetivam mediante demanda desses recursos e serviços pelos estudantes com deficiência, matriculados na IES...”*

Cabe às IES a responsabilidade pelo provimento destes serviços e recursos em todas as atividades acadêmicas e administrativas, entendendo e considerando as principais barreiras que eventualmente podem emergir durante a vida acadêmica do aluno com necessidades educacionais especiais (ver anexo I).

A coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/UFMG orienta e preconiza aos docentes que buscam atendimento a mesma o uso crítico, reflexivo e consciente dos recursos disponibilizados. Esta é uma postura bastante positiva pois para Bueno (2005),

*“Os professores que usam os meios audiovisuais têm uma acentuada vantagem sobre os demais. Contudo, também não se pode absolutizar, achando que a simples utilização dos mesmos já signifique dinâmica e eficiência. Há muito que se evitar do mau uso. Também é preciso muita atenção para não simplificar a necessidade e a importância do planejamento do ensino como se este ficasse reduzido pura e simplesmente à manipulação de determinados equipamentos, pois estes podem até mesmo se tornarem inadequados aos objetivos propostos.” (p. 25)*

Mas há sempre o encorajamento por parte da coordenação em analisar e acatar as sugestões feitas por qualquer docente, em demanda espontânea e através das reuniões regulares do curso incentivando a utilização dos recursos tecnológicos nas atividades curriculares. Concorda com Masetto (2000) quando

[...] “decorre um outro fato que pode nos ajudar a entender a razão da não valorização do uso da tecnologia em educação: nos próprios cursos de formação de professores (cursos de licenciatura e pedagogia), percebe-se por parte dos alunos a valorização do domínio de conteúdo em áreas específicas em detrimento das disciplinas pedagógicas. [...] Nos próprios cursos de ensino superior, o uso de tecnologia adequada ao processo de aprendizagem e variada para motivar o aluno não é tão comum, o que faz com que os novos professores do ensino fundamental e médio, ao ministrarem suas aulas, praticamente copiem o modo de fazê-lo e o próprio comportamento de alguns de seus professores de faculdade, dando aula expositiva e, às vezes, sugerindo algum trabalho em grupo com pouca ou nenhuma orientação.” (pp. 134 e 135)

A coordenação do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG também referiu a existência de metodologias organizadas e preparadas por alguns professores do curso, principalmente a professora ministrante da disciplina LIBRAS.

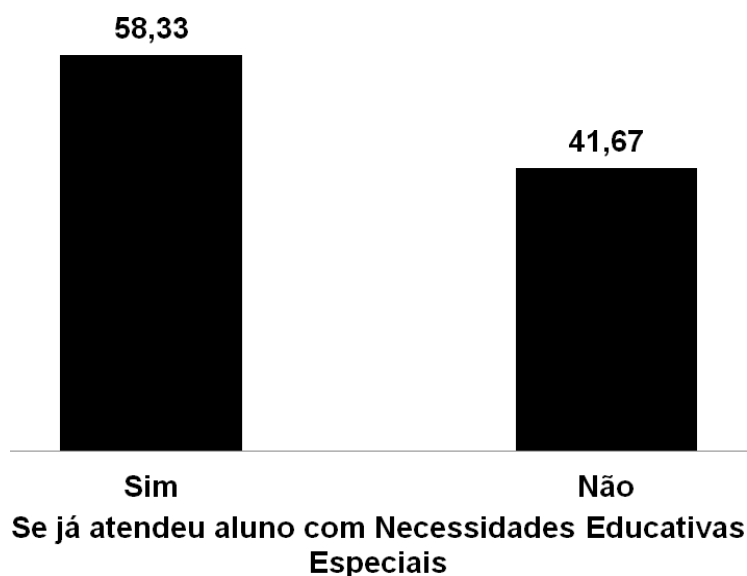
### **5.5. Visão dos professores sobre a prática docente com alunos portadores de necessidades educativas especiais no Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG**

Para 100% dos docentes, o cenário atual não apontou a existência da realização efetiva de curso específico para atender aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE's), entretanto 58% deles já atendeu alunos com necessidades educativas especiais (gráfico 08), com uma referência a deficiências visuais, auditivas, físicas e mentais (gráfico 9). A deficiência visual foi a mais referida, corroborando com os dados do IBGE (2010), mas divergindo dos encontrados por Pimentel, Santana e Ribeiro (2013).

Não houve um esclarecimento sobre a situação na qual os docentes lidaram com alunos com necessidades educacionais especiais (gráfico 10), mas 25% das ocasiões foram a sala de aula. Além disso, a maioria dos docentes (58%) considerou a infra-estrutura do CES como inadequada (gráfico 11).

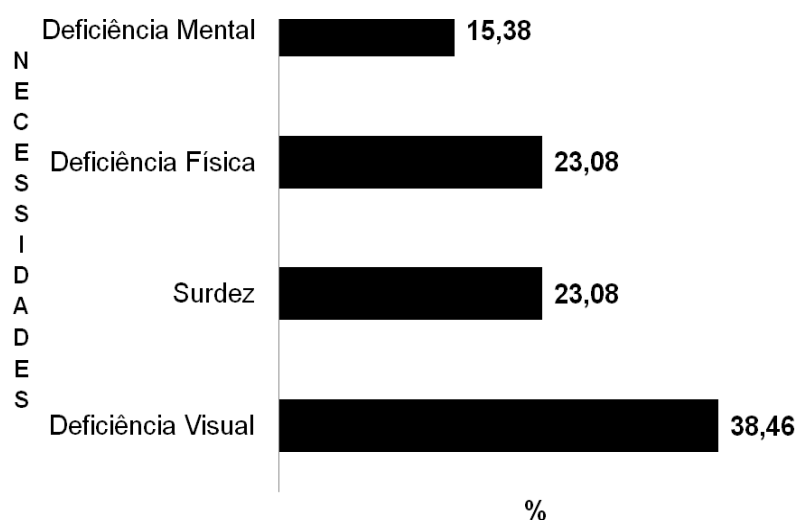


Gráfico 08 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto ao atendimento de alunos portadores de necessidades educativas especiais, 2014.



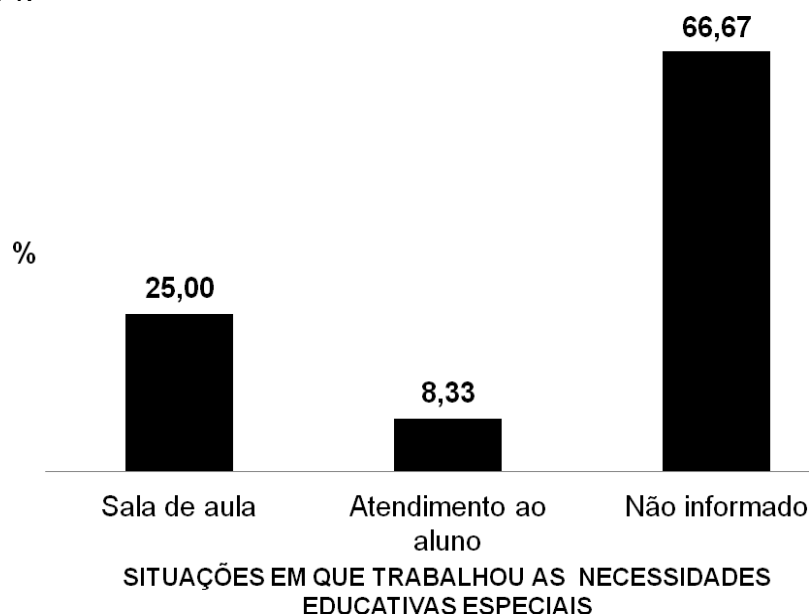
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Gráfico 09 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto aos tipos de necessidades educativas especiais observados durante o trabalho docente, 2014.



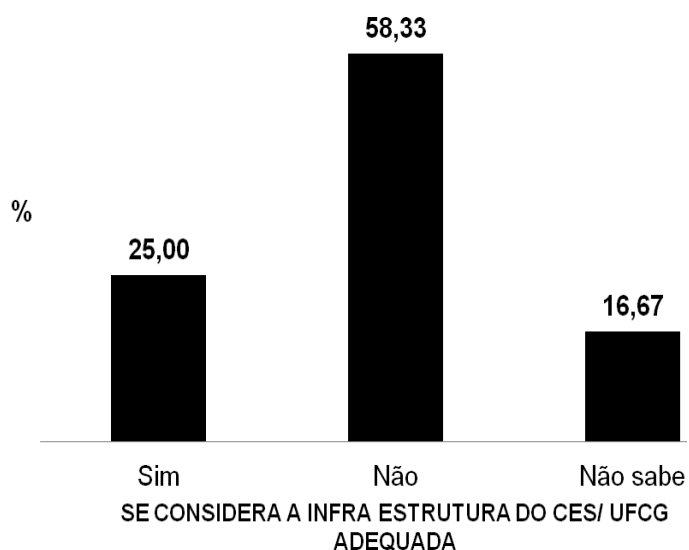
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Gráfico 10 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto aos tipos de situações em que lidaram com alunos portadores de necessidades educativas durante o trabalho docente, 2014.



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Gráfico 11 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à avaliação da infra estrutura do centro para o atendimento aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, 2014.



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Grande parte dos docentes (83%) afirmaram não elaborar rotineiramente planejamentos para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais (gráfico 12). Atribuíram o fato a não ocorrência de discentes com necessidades educacionais especiais em suas turmas atuais. Todavia reconhecem que tal atividade demanda tempo e estudo especial. Para Giesta (2005),

*“A necessidade de um desenvolvimento pelo professor de uma articulação de espaço e tempo de trabalho com espaço e tempo de formação se justifica para que se estructurem e realcem as dimensões político-sócio-técnicas da ação pedagógica, valorizando a capacidade de decisão docente no confronto de situações complexas e diversificadas do cotidiano escolar.”* (p. 67).

Quanto à cogitação de se fazer um curso de capacitação na área de necessidades educacionais especiais, 67% dos docentes afirmou que não pensaram em tal proposta (gráfico 13). Consideramos que a carga de trabalho elevada dos docentes tenha contribuído para esse resultado, pois segundo Tardif e Lessard (2008),

*“Com efeito as condições de trabalho dos professores são muito variáveis de um país a outro, mesmo que nos limitemos a indicadores gerais como o número de horas trabalhadas, ao tamanho das classes e os salários. [...] o ensino é um trabalho burocratizado cuja execução é regulamentada, mas que também repousa sobre a iniciativa dos atores e requer de sua parte uma certa autonomia”.* (pp. 112).

A leitura dos docentes na área temática das necessidades educacionais especiais mostrou-se ainda incipiente, onde 91% dos professores não conhece nenhum instrumento normativo ao atendimento educacional especial, tanto em nível da prática docente quanto no institucional (gráfico 14). E 58% deles não sabem se a UFCG possui normativa interna para o atendimento educacional especial (gráfico 15). Isto demonstrou-nos a necessidade de ação *inter campi* da Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG, já que esta ação está subliminarmente colocada só que sem mecanismo de ação específico.

Isso representa um esforço laboral de toda a universidade, não só dos docentes diretamente envolvidos na Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG, mas para todos. Tal realidade remete outra vez ao volume de funções desempenhadas pelos docentes onde para Tardif e Lessard (2008),

*[...] “essa noção de “carga de trabalho” é complexa porque remete a diversos fenômenos – dos quais vários não são quantificáveis – que se inter cruzam sem cessar e cuja influencia recíproca é difícil ou mesmo impossível de separar completamente. [...] Ora, esses fatores não somam-se, simplesmente. Eles também atuam em sinergia, para criar uma carga de trabalho complexa, variada e portadora de tensões diversas.” (pp. 112 a 114).*

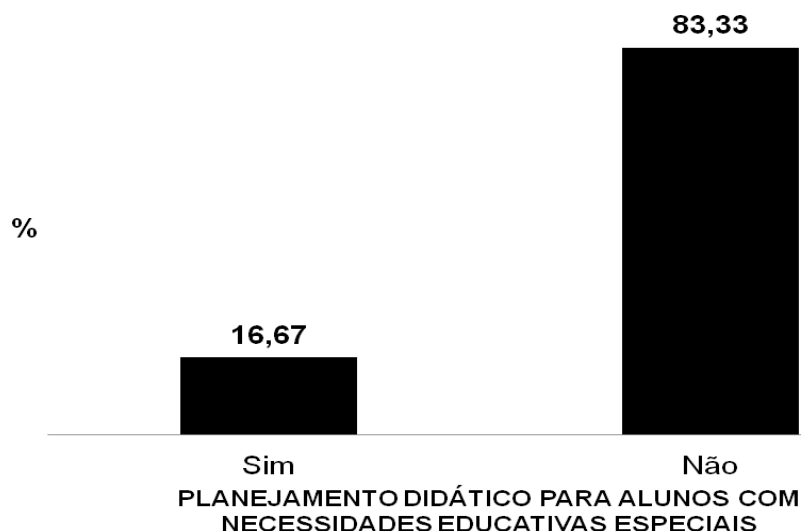
Em resumo, esses fatores podem ser distribuídos como ilustrado na figura 3:

Figura 03 - Fatores que interferem no trabalho docente, segundo Tardif e Lessard, 2008.



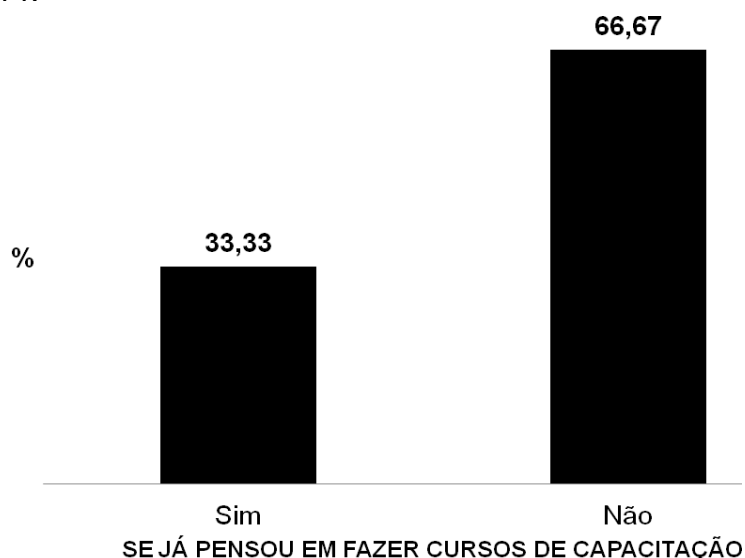
Fonte: adaptado de TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. 2008

Gráfico 12 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à realização de planejamento didático para o atendimento aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, 2014.



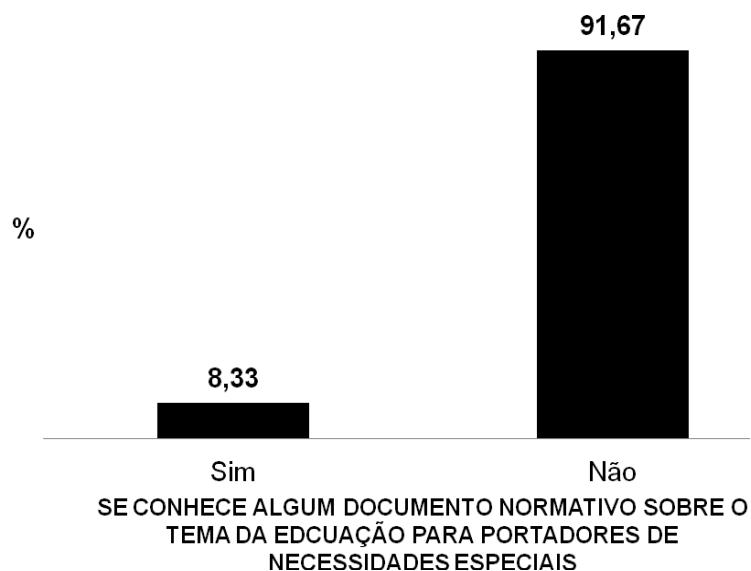
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Gráfico 13 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto à realização de curso de capacitação voltado ao atendimento aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, 2014.



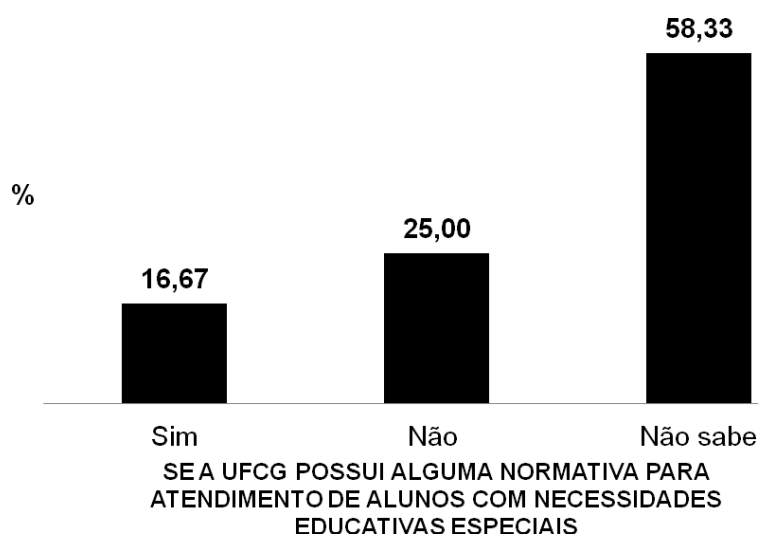
Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Gráfico 14 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto ao conhecimento de instrumentos normativos voltados aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, 2014.



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

Gráfico 15 - Distribuição percentual dos docentes (n=12) do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do CES/ UFCG quanto ao conhecimento de instrumentos normativos internos da UFCG voltados aos alunos portadores de necessidades educativas especiais, 2014.



Fonte: dados da pesquisa, 2014.

## **5.6. Diretrizes e propostas de ações para a continuidade do melhor atendimento aos alunos portadores de necessidades educativas especiais no CES/ UFCG**

Diante das dificuldades registradas durante a integralização do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Centro de Educação e Saúde (CES/UFCG) em Cuité, consideraram-se as seguintes sugestões:

- Implantar de maneira célere o “*Projeto para o Desenvolvimento de Ações de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG*”;
- Incluir o tema das Necessidades Educativas Especiais (NEE) para a pauta de debates durante a Semana Pedagógica, evento este oficialmente agendado no calendário acadêmico da UFCG como um todo;
- Ofertar treinamento docente para as principais necessidades educativas especiais, com incentivo à participação dos mesmos através de pontuação (para critérios com fins de seleção de projetos, por exemplo);
- Criação de comissões itinerantes para promover a socialização dos avanços conquistados pela UFCG na área da Educação Especial;
- Formulação de mecanismos institucionais de identificação, avaliação e encaminhamento dos alunos portadores de necessidades educativas especiais nas componentes curriculares dos diversos cursos;
- Criar em cada *campi* uma comissão permanente de docentes (mediante Portaria por parte da direção de cada centro) que trabalhem em parceria com a Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG – CAENEE/ UFCG;
- Auxiliar os docentes que receberão alunos com NEE através do núcleo docente estruturante;
- Investir continuamente na aquisição e distribuição de material didático pedagógico para os diversos *campi*;
- Melhorar, também continuamente, a estrutura física dos *campi* para o atendimento aos alunos com NEE;
- Planejar e executar as ações de melhoria do ensino superior para alunos com NEE seguindo a seguinte hierarquia de prioridades: 1º deficiência visual, 2º deficiência motora, 3º deficiência auditiva, e 4º deficiência mental/ intelectual;

- Oferecer rotineiramente aulas práticas com estratégias e/ou equipamentos que melhorem a visualização;
- Nas provas práticas de componentes curriculares como Anatomia Humana, um maior apoio por parte do docente ministrante, em conjunto com a coordenação do curso, ou comissão interna do CES/ UFCG;
- Nas modalidades didáticas com filmes legendados, promover a versão áudio na língua vernácula do aluno portador de NEE.
- Na divulgação das informações, administradores e professores da instituição, utilizarem avisos nos murais com letras de tamanhos maiores;
- Aulas e provas práticas com possibilidade de haver o encaminhamento de uma outra atividade de acordo com a necessidade educativa do aluno em questão;
- Quando professores forem escrever no quadro, utilizarem também do ditado para o repasse das informações;
- Continuidade na realocação de turmas para o térreo dos blocos de aula quando da identificação de deficientes físicos ou com alguma má formação.



## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O docente, durante o desenvolvimento de sua profissão, está sujeito a se deparar com alunos portadores de necessidade educativas especiais, e isto é um grande desafio para este profissional, já que o mesmo (na maioria dos casos) não tem formação adequada para receber esse tipo de aluno.

Além disso, as instituições de ensino em que trabalham não oferecem infraestrutura, nem treinamento em metodologias didático-pedagógicas para melhor desenvolvimento de suas atividades.

Durante toda a vida escolar, este autor sofreu intensamente essa falta de preparo por parte de professores e escolas, sempre passando por inúmeras crises de desistência, sofrendo *bullying*, vivenciando com diversos mestres que não se importavam com a situação. Em contrapartida, também presenciou a angústia daqueles professores que tinham vontade de fazer algo, mas que ficavam limitados pela falta de formação, e estes representaram o maior incentivo para que este autor continuasse sua formação escolar.

O ingresso na academia representou um momento de grande alegria em minha formação profissional. Considerei que a situação seria diferente por se tratar do ensino superior, ministrado por professores mestres e doutores e que recebe um investimento diferenciado do ensino médio. Todavia grande parte das expectativas positivas foi extinta. O *bullying* continuou presente, a falta de formação por parte dos docentes para lidar com esse tipo de público alvo ainda era precária (sendo que a falta de bom senso de alguns docentes era ainda maior), a falta de infraestrutura e materiais didático-pedagógicos se fizeram presentes. Mas vale ressaltar que a angústia de alguns docentes por não estarem capacitados à prática docente com alunos portadores de necessidades educativas especiais ainda se fazia presente.

Vale ressaltar que alguns alunos com necessidades educacionais especiais do Centro de Educação e Saúde (CES/ UFCG) concluíram o curso de licenciatura em Ciências Biológicas e participaram de atividades como projetos de monitoria, etc.

Felizmente, ainda no “*fechar das cortinas*” de nossa experiência nesta etapa da vida acadêmica, pudemos constatar o informe de uma primeira ação junto aos coordenadores de curso de todos os *campi* promovida pela Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG (CAENEE) para o ano de 2014 (Anexo 3). Certamente será um aditivo à continuidade das pesquisas em nossa carreira acadêmica, numa área temática que enriquecerá a prática docente atual e futura.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão**: avaliação para identificação das necessidades educacionais especiais. 2ª Ed. Brasília (DF): Ministério da Educação: Secretaria de Educação Especial. 2006. Artigo em pdf. Disponível em: [www.mec.gov.br/](http://www.mec.gov.br/)

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília (DF): Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial, 2007. Artigo em pdf. Disponível em: [www.mec.gov.br/](http://www.mec.gov.br/)

\_\_\_\_\_. **Documento Orientador Programa Incluir – Acessibilidade da Educação Superior**. Brasília (DF): Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Superior (SESu) - SECADI, 2013. Artigo em pdf. Disponível em: [www.mec.gov.br/](http://www.mec.gov.br/)

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educacionais especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, 03(05): 07-25. 1999.

BUENO, Moisés José. Meios Audiovisuais e Professores do Ensino Superior: década de setenta e dias atuais. In: Tecnologia Educacional. **Revista Brasileira de Tecnologia Educacional**. Ano XXXIV, no. 170/171, pp.13 – 21, 2005.

CES. **Centro de Educação e Saúde**. 2014. Página Oficial. Disponível em: <http://www.ces.ufcg.edu.br/portal/index.php/o-centro.html> Acesso em: 04 de agosto de 2014.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Declaração de Salamanca**, Salamanca (Espanha), 1994.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DELIZOICOV, Demetrio; ANGOTTI, José André; PERNAMBUCO, Marta Maria. **Ensino de Ciências**: fundamentos e métodos. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa** – versão *on line*. Disponível em: <http://www.dicionariodoaurelio.com/> Acesso em: 23 de fevereiro de 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. EGA Editora, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.

GIESTA, Nágila Carpolíngua. **Cotidiano Escolar e Formação Reflexiva do Professor: moda ou valorização do saber docente?** 2ª ed. Araraquara (SP): Junqueira & Martin Editores, 2005.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em: 21 de julho de 2014.

KRASILCHIK, Myriam. **Prática de Ensino de Biologia**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

MASETTO, Marcos T. Mediação Pedagógica e o Uso da Tecnologia. In: MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica**. 16ª ed. Campinas (SP): Papirus, 2000.

PIMENTEL, Susana Couto; SANTANA, Laíse Lima; RIBEIRO, Valterci. Concepções sobre a condição de deficiência: o olhar de estudantes do ensino superior que vivenciam essa realidade. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, 19(38): 11-34, 2013.

RISTOFF, Dilvo; GROSZ, Dirce Margarete GIOLO, Jaime; LEPORACE, Maria Marcia dos Santos. (orgs.). **A Mulher na Educação Superior Brasileira: 1991 – 2005**. Brasília (DF): Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O Trabalho Docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 4ª ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2008

UFCG. **Projeto para o Desenvolvimento de Ações de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais da UFCG**. Campina Grande (PB): Universidade Federal de Campina Grande. 2013.

## **APÊNDICES**

## **Apêndice 1: Termo de Consentimento e Livre Esclarecido (TCLE)**

Eu, **Roberto Ferreira da Costa**, responsável pela pesquisa “**FORMAÇÃO DOCENTE PARA ATENDIMENTO A DISCENTES COM NECESSIDADE EDUCATIVA ESPECIAL**: descrevendo a realidade dos biólogos docentes do CES/ UFCG”, estou fazendo um convite para você participar como voluntário deste nosso estudo.

Esta pesquisa pretende trabalhar a temática do processo ensino aprendizagem junto a alunos portadores de necessidades educativas especiais em Cuité – PB, com foco na percepção docente. Acreditamos que ela seja importante porque embasa sua relevância no fato de que a conscientização da sociedade para um real envolvimento com a acessibilidade na educação só pode ser construída se, e somente se, houver uma soma de esforços no cenário educacional brasileiro.

Para sua realização será feito a aplicação de questionário semi estruturados com os biólogos que pertençam ao quadro permanente do Centro de Educação e Saúde (CES/ UFCG). Sua participação constará de responder às perguntas do questionário. Esta pesquisa não causará nenhum desconforto ou risco para você. Os benefícios que esperamos como estudo são o melhoramento e o desenvolvimento do tema Educação Especial no âmbito educacional da região Semi-Árida.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento, bastando para isso entrar em contato, com algum dos pesquisadores. Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão. As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Os gastos necessários para a sua participação na pesquisa serão assumidos por este pesquisador.

- **Autorização:**

Eu, \_\_\_\_\_, após a leitura deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a

qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto expresse minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

---

Assinatura do voluntário ou representante legal

Assinatura de uma testemunha

Declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário (ou de seu representante legal) para a participação neste estudo.

---

**Roberto Ferreira da Costa**

- **Dados dos pesquisadores:**

**Roberto Ferreira da Costa.** Endereço: Rua Mário Azevedo Buriti, s/n. Centro, Cuité – PB. CEP.: 58.175-000. Telefone: (0xx83) 9851 – 1076. Endereço eletrônico: [roberto\\_nati@hotmail.com](mailto:roberto_nati@hotmail.com)

**Apêndice 2: Questionário sobre a percepção e ação docente sobre o processo ensino aprendizagem com alunos portadores de necessidades especiais, Cuité – PB.**

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Código: \_\_\_\_\_.

1) Dados sócio demográficos

a) Gênero	( ) M ( ) F
b) Faixa etária	( ) entre 20 – 30 anos ( ) entre 31 – 41 anos ( ) acima de 42 anos
c) Formação acadêmica em:	
d) Pós Graduação:	
• Especialização (Qual? onde? ano da titulação?)	
• Mestrado (Qual? Onde? Ano da titulação?)	
• Doutorado (Qual? Onde? Ano da titulação?)	
• Pós-doutorado (Qual? Onde? Ano da titulação?)	

2) Sobre Educação Especial:

2.1. Fez curso específico em Educação Especial?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, qual? \_\_\_\_\_

2.2. Atende ou atendeu aluno(s) com necessidade educativa especial?

( ) Sim ( ) Não

Se sim, em que situações? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Ainda, qual(is) seriam/ foram as necessidades educativas especiais observadas?

2.3. Considera adequada a infra-estrutura do Centro de Educação e Saúde (CES/ UFCG) para o atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais?

( ) Sim ( ) Não

Por quê?

\_\_\_\_\_



2.4. Em suas aulas, há planejamento e/ou execução didática voltada para o discente com necessidade educativa especial?

( ) Sim ( ) Não

Por quê?

---

2.5. Já pensou em fazer cursos de capacitação e/ou extensão para o atendimento de alunos com necessidades educativas especiais? ( ) Sim ( ) Não

Por quê?

---

2.6. Qual a importância da atenção ao atendimento das necessidades educativas especiais (tanto para discentes do curso de licenciatura em Ciências Biológicas, como para demais cursos).

---

2.7. Conhece algum texto normativo sobre educação para portadores de necessidades especiais? ( ) Sim ( ) Não

Quais?

---

2.8. A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) tem alguma diretriz interna sobre educação para portadores de necessidades especiais? ( ) Sim ( ) Não

Quais?

---

2.9. Como docente, quais necessidades especiais considera mais limitantes para a mininstração de aulas no CES/ UFCG para alunos portadores de necessidades educativas especiais?

---

2.10. Que sugestões você forneceria para melhoria do processo ensino aprendizagem com alunos portadores de necessidades educativas especiais:

---

*Muito obrigado pela atenção!!!!*

## **ANEXOS**

**Anexo 1** – Conceitos e definições comumente utilizados e referenciados pelo documento orientador para educação especial no ensino superior (Fonte: retirado de BRASIL, 2013).

<b>I. Acessibilidade</b>	condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
<b>II. Barreiras</b>	qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: a) <b>barreiras urbanísticas</b> : as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) <b>barreiras nas edificações</b> : as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) <b>barreiras nos transportes</b> : as existentes nos serviços de transportes; e barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação.
<b>III. Elemento da urbanização</b>	qualquer componente das obras de urbanização, tais como os referentes à pavimentação, saneamento, distribuição de energia elétrica, iluminação pública, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.
<b>IV. Mobiliário urbano</b>	o conjunto de objetos existentes nas vias e espaços públicos, superpostos ou adicionados aos elementos da urbanização ou da edificação, de forma que sua modificação ou traslado não provoque alterações substanciais nestes elementos, tais como semáforos, postes de sinalização e similares, telefones e cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques e quaisquer outros de natureza análoga.
<b>V. Ajuda técnica</b>	os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida.

<b>VI. Edificações de uso público</b>	aquelas administradas por entidades da administração pública, direta e indireta, ou por empresas prestadoras de serviços públicos e destinadas ao público em geral.
<b>VII. Edificações de uso coletivo</b>	aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza.
<b>VIII. Edificações de uso privado</b>	aquelas destinadas à habitação, que podem ser classificadas como unifamiliar ou multifamiliar.
<b>IX. Desenho universal</b>	concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade

Fonte: BRASIL, 2013.

**Anexo 2** – Adaptação (recorte) da tabela de recursos orçamentários previstos no documento orientador para educação especial no ensino superior.

### **ANEXO II**

Recursos orçamentários alocados diretamente nas Unidades Orçamentárias das Universidades Federais para implementação da Política de Acessibilidade

#### **MATRIZ INCLUIR 2013**

**Recursos alocados diretamente nas Unidades Orçamentárias (UO) das Universidades Federais**

	<b>UO</b>	<b>SIGLA</b>	<b>Alunos Matriculados Graduação</b>	<b>Valores Distribuídos</b>
	<b>Total</b>		<b>862.142</b>	<b>R\$ 11.000.000,00</b>
<b>1</b>	26273	<b>FURG</b>	8.924	R\$ 113.860,59
<b>2</b>	26352	<b>UFABC</b>	5.639	R\$ 71.947,54
<b>3</b>	26275	<b>UFAC</b>	8.840	R\$ 112.788,84
<b>4</b>	26231	<b>UFAL</b>	21.309	R\$ 271.879,81
<b>5</b>	26270	<b>UFAM</b>	22.638	R\$ 288.836,41
<b>6</b>	26232	<b>UFBA</b>	29.462	R\$ 375.903,27
<b>7</b>	26233	<b>UFC</b>	25.213	R\$ 321.690,63
<b>8</b>	<b>26252</b>	<b>UFCG</b>	<b>15.848</b>	<b>R\$ 202.203,35</b>
...	...	...	...	...
<b>55</b>	26258	<b>UTFPR</b>	19.188	R\$ 244.818,14

Fonte: BRASIL, 2013. Documento Orientador Programa Incluir – Acessibilidade da Educação Superior.

**Anexo 3 – Memo-Circular 002/ CAENEE/UFCG.**